

Sumário

1. Introdução	1
2. Participação da Comunidade nos Planos de Segurança de Barragens no Setor Minerário	3
2.1. Introdução	3
2.2. Regulação Internacional para Segurança de Barragens no Setor Minerário	5
2.2.1. O programa de Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais – APELL	6
2.3. Breve histórico do Programa APELL Voltado para a Segurança de Barragens no Setor Minerário Internacional	10
2.4. Legislação Federal Referente a Segurança de Barragens no Setor Minerário Brasileiro	12
2.4.1. Categoria de Risco – CRI e Dano Potencial Associado – DPA	16
2.4.2. O Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração No Brasil – PAEBM.....	18
2.5. Legislações Estaduais selecionadas referentes à segurança de barragens no setor minerário brasileiro	21
2.5.1. Minas Gerais.....	22
2.5.2. Pará	24
2.6. Comparação entre o Plano APELL para Mineração e o Plano de Ação de Emergência das Barragens de Mineração – PAEBM.....	25
2.7. Responsabilidade pela Elaboração do Plano Emergencial.....	26
2.8. Responsabilidade Operacional do Plano Emergencial	27
2.9. Atuação das Comunidades Locais	29
2.10. Treinamento	30

2.11. Comunicação.....	31
2.12. Tabela Comparativa	32
2.13. Considerações Finais.....	34
3. International Regulation For Dam Safety And The Brazilian Mining System.....	37
3.1. Introduction.....	37
3.2. International Regulation for Dam Safety in The Mining Sector.....	39
3.2.1. The Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level - Apell.....	39
3.3. A Brief History of The Apell Program for Dam Safety in The Mining Sector.....	42
3.4. Federal Legislation Concerning The Safety of Dams in The Brazilian Mineral Sector.....	44
3.4.1. Risk Category and Associated Potential Damage.....	46
3.4.2. The Emergency Action Plan for Mining Dams in Brazil	47
3.5. Minas Gerais State Legislation on Dam's Safety in The Mining Sector	49
3.6. Comparison Between The Apell and The Emergency Action Plan for Mining Dams	51
3.7. Responsibility For The Elaboration	52
3.8. Operational Responsibility.....	53
3.9. Local Communities	54
3.10. Training.....	55
3.11. Communication	56
3.12. Conclusions	57
4. How to Reverse The Fallacy of Command-And-Control in Combatting Illegal Wildlife Hunting and Trade in Brazil?.....	59
4.1. Introduction	59
4.2. An overview of the Brazilian National Policy on Biodiversity and wildlife illegal trade	60

4.3. The failure of command-and-control to reduce illegal wildlife trade.....	64
4.4. Brazilian experience with economic instruments for environmental protection.....	66
4.5. Payment for environmental services to reduce illegal wildlife trade and poverty	69
4.6. Economic valuation of biodiversity and ecosystem as a tool for reducing illegal wildlife trade.....	72
4.7. Conclusion	75
5. Breve Análise sobre a Valoração Econômica dos Serviços Ecossistêmicos	79
5.1. Introdução.....	79
5.2. A Valoração Econômica e seus Propósitos	80
5.3. Definição dos métodos de valoração econômica dos serviços ecossistêmicos	82
5.4. Possíveis vieses dos métodos.....	87
5.5. Valoração dos Animais Ameaçados de Extinção.....	88
5.6. Valoração econômica de Recursos Hídricos.....	90
5.7. A valoração econômica do serviço de sequestro de carbono	92
5.8. Considerações finais.....	96
6. No Meio do Caminho, Tinha uma Caverna.....	99
6.1. Introdução	99
6.2. Breve Histórico sobre o Manejo e Proteção de Cavidades Naturais.....	100
6.3. Legislações e planos de manejo estrangeiros de cavidades naturais	104
6.3.1. Eslováquia.....	105
6.3.2. Estados Unidos.....	108
6.3.3. Reino Unido.....	113
6.3.4. França	115

6.3.5. Espanha	117
6.4. Legislação e iniciativas brasileiras para o manejo e a proteção de cavidades naturais	123
6.5. Comparação entre os diferentes planos de manejo de cavidades nas legislações analisadas	133
6.5.1. Propostas para instrumentos e políticas eficientes e efetivas para a proteção e o uso sustentável de cavernas no Brasil.....	137
6.5.1.1. Atrações turísticas administradas pelo poder público.....	138
6.5.1.2. Atrações turísticas administradas pelo setor privado	139
6.6. Conclusão	140
7. Análise da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na Aplicação do Princípio <i>In Dubio Pro Natura</i>.....	143
7.1. Introdução.....	143
7.2. Breve Análise do Princípio <i>in dubio pro natura</i>	144
7.3. O Superior Tribunal de Justiça e o princípio “ <i>in dubio pro natura</i> ”	145
7.4. <i>In dubio pro natura</i> na Inversão do Ônus Probatório.....	146
7.5. <i>In dubio pro natura</i> na Cumulação de Obrigação de Fazer e de Indenizar Dano Ambiental.....	147
7.6. <i>In dubio pro natura</i> e o Dano Moral Coletivo	151
7.7. <i>In dubio pro natura</i> na Caracterização da Restinga	153
7.8. <i>In dubio pro natura</i> para Averbação de Reserva Legal como Pressuposto de Ação de Usucapião de Imóvel Rural	154
7.9. <i>In dubio pro natura</i> como Vertente do Princípio <i>in dubio pro salute</i>	155
7.10. Conclusões	157

8. A Flexibilização da Arbitragem para Solução de Conflitos Ambientais	159
8.1. Introdução	159
8.2. A Arbitragem no Direito Ambiental Internacional.....	160
8.3. A Arbitragem no Direito Ambiental Brasileiro	166
8.3.1. A Arbitragem e o Microbem Ambiental.....	169
8.3.2. A Arbitragem e o Macrobem Ambiental.....	171
8.3.3. O Procedimento Arbitral Adaptado à Controvérsia do Bem Ambiental de Natureza Coletiva e Difusa.....	173
8.4. Conclusão	175
9. Conclusões Finais	179
10. Referências	183